

ACTA Nº 2/2002

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2002:

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dois, nesta cidade de Esposende e Auditório da Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma.

A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e José Manuel do Casal Almeida.

Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: Agostinho Penteado Neiva, Manuel Brás Marques, António Maranhão Peixoto, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, Álvaro Manuel Oliveira Maio, Manuel Enes de Abreu, Manuel Carlos Alves Matos Ferreira, Tiago Francisco Ferreira Faria de Moraes, João Maria de Sousa Nunes da Silva, João Migueis Ferreira da Silva, Manuel Lima de Almeida, José Baltazar Lage de Matos, Jorge Duarte da Silva, Carlos Manuel Vasco Afonso Novo, António Manuel Rossas Pereira, Victor Manuel da Silva Faria, Otílio Fradique dos Santos Hipólito, Manuel Fernando Lima Meira Torres, Mário Ferreira Fernandes, José Eduardo de Sousa Felgueiras, José Artur Saraiva Marinho, António Vendeiro Catarino, Sílvio de Azevedo Abreu, Fernando Pereira Marques, Jorge Humberto Sousa e Silva, Abílio Cepa Cerqueira, José Maria Losa Esteves, Carlos Alberto Gomes de Faria, Joaquim Carvalho Rosmaninho, e António Carlos Vieira da Silva.

Sendo nove horas e quarenta e cinco minutos, verificando-se haver "quorum" para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão,. encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta.

Foi verificada a identidade e legitimidade do membro Manuel Carlos Alves Matos Ferreira, que esteve ausente da sessão de tomada de posse, realizada no passado dia nove de Janeiro.

Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: José Luis Correia de Azevedo e José Luis da Silva Ribeiro.

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, e, também, da renúncia apresentada pelo membro José Gualdino Baptista da Silva.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Agostinho Neiva usou da palavra e procedeu à leitura da seguinte intervenção, intitulada "Em memória do Escudo": "Proclamada a república a 5 de Outubro de 1010, em Maio de 1911 é alterado o sistema monetário e criada uma nova moeda o Escudo (cem centavos) que correspondia aos anteriores mil reis dos tempos da monarquia. Foram então cunhadas em prata de dez, vinte e cinquenta centavos e de um escudo. Em 1913 foi redefinido o escudo, estabelecendo uma moeda padrão - o Escudo de Ouro - de 0,0739 gramas de peso e ouro de novecentos milésimos. Nessa mesma data saiu o Decreto-Lei nº 19871 que criava as moedas de ouro de 250, 100 e 50 escudos - que não chegaram a ser cunhadas, e de prata de 10, 5 e de 2 escudos e 50 centavos que se mantiveram em circulação até 1951, data em que foram substituídas pelo cuproníquel. As moedas de 50, 20 e 10 centavos foram desaparecendo da sua utilização corrente tal a desvalorização monetária / custo de cunhagem, durante todo este período de 1911 a 28 de Fevereiro de 2002, último dia de utilização do escudo em Portugal. Amanhã será o 'Euro'. Felicidades para esta nova etapa do movimento fiduciário agora comunitário. Tal como o escudo desejo-lhe sinceramente uma longa duração." Segue-se assinatura.

José Eduardo Felgueiras desejou os melhores sucessos e um trabalho profícuo desta Assembleia. Procurou definir a sua situação de cidadão e de presidente da Junta de Freguesia de Esposende. Procedeu de seguida à leitura da seguinte intervenção: "Senhor Presidente: antes de mais aceite que o felicite e lhe deseje as maiores venturas neste seu novo cargo político, quiçá de importância tão elevada e respeitada como aquele por três vezes ocupou no cadeirão principal da vereação esposendense. Quis o destino e o povo desta terra, que mais uma vez eu fosse chamado a defender os seus interesses perante uma Câmara onde pontifica uma maioria que lhe é politicamente adversa. Não é, porém, tal situação inédita, nem penso que ela venha a dificultar as boas relações com o executivo camarário, uma vez que o passado fala por si neste capítulo. Como V. Ex.cia sabe, uma larga maioria validou a minha eleição. Uma maioria que vai muito para além do espectro político que represento; uma maioria, sólida, que se reafirmou no último acto eleitoral e, que, parafraseando o senhor Presidente 'gosta de mim'. E assim é, algum forte motivo ela tem! É minha convicção que primeiro que tudo, tem o meu respeito. Segundo sabe, essa maioria, que sou capaz de me atravessar pela defesa dos seus interesses. Terceira porque me conhece. E sabe que eu não vergo perante as dificuldades, e que procuro a solução onde muitas vezes o desalento ou a indignação ficam a um passo da histeria pública. Também sabe que há da minha parte a procura da sensatez possível para 'não querer tudo ao mesmo tempo', nem pedir 'o céu e a lua' a quem não mo pode dar. Também isto o sabe o senhor Presidente da Câmara reeleito, a quem saúdo e desejo as maiores felicidades para este novo mandato. Empurrões não faltam para que a relação institucional se deteriore: as tentações são mais que muitas e o precipício está mesmo aí à frente! Mas eu não vou por aí. Tenho a confiança do povo, desse povo simples mas honrado, que apoiou a minha actuação, serena e objectiva nestes últimos quatro anos. Senhor Presidente! Sendo eu um parceiro leal e respeitador dos poderes democraticamente instituídos

nesta Câmara, sendo eu o lídimo representante nesta Assembleia do povo da freguesia de Esposende, não posso deixar de manifestar aqui a minha indignação, pois, confesso que fiquei chocado com as palavras 'amargas' em relação à minha terra, que V. Ex.cia proferiu na sua noite de vitória. O senhor tem todo o direito de expressar o que lhe vai na alma, mas não tem o direito de ameaçar veladamente uma população, só porque esta não contribuiu para a sua maioria! Não quero crer que tal ameaça possa ser verdadeira. Temo porém, que ela possa servir de pressão para outros desígnios. Estou aqui para defender os interesses dos esposendenses, sem intrigas, com frontalidades, denunciando as injustiças e as manipulações políticas, mas tendo sempre em conta o respeito e lealdade que os órgãos autárquicos me merecem. Mas do outro lado exijo igual tratamento! Espero que cada um honre o lugar que ocupa, que não se sirva dele. Mas que dele se sirva para resolver os problemas que nos afligem! Se assim for conte comigo e com a minha total solidariedade! Gostaria, pois, e para acabar com toda e qualquer suspeição, que o senhor Presidente agora eleito e que institucionalmente é também o 'nosso' Presidente, desfizesse este equívoco que tão só assim eu o quero entender, tendo em conta as circunstâncias em que foi proferido. Talvez V. Ex.cia e a sua maioria, da qual indubitavelmente é a figura de proa, comece a perceber, a partir de agora, porque é que Esposende reage não votando nela. Muito obrigado, senhor Presidente. Espero que não veja nestas palavras qualquer tipo de animosidade seja contra quem for, mas somente a clarificação de posições que poderão ter consequências futuras."

Ao teor desta intervenção respondeu o Presidente da Assembleia, referindo que as afirmações foram proferidas no âmbito político e partidário e que como presidente da Assembleia Municipal representa todos os munícipes.

Álvaro Maio saudou todos os elementos desta Assembleia e sugeriu que sejam criadas as comissões necessárias para o bom funcionamento deste órgão.

Sobre este assunto o Presidente da Mesa sugeriu que esta proposta seja apreciada pelos representantes dos partidos em reunião que os mesmos irão realizar no âmbito da revisão ao regimento.

Afonso Novo falou sobre as forças de segurança destacadas neste município e que serão insuficientes para a manutenção da ordem e segurança.

A este assunto respondeu o Presidente da Câmara informando que esta questão está a ser acompanhada e já foram realizados diversos contactos com o Ministério da Administração Interna e que este respondeu não estar prevista a criação de novas esquadras da Polícia de Segurança Pública. Informou, também, que outra possibilidade passa pela criação do corpo de polícia municipal.

João Maria Nunes da Silva sugeriu alteração do horário para a realização das sessões deste órgão. Procedeu, de seguida à leitura da seguinte intervenção: "A descridibilização dos políticos, assenta entre outras coisas, no facto de se prometer, de se assumir compromissos públicos e privados, de dar a palavra de honra que desta vez é para cumprir, e depois, ...bem, depois, sem qualquer pejo, sem o mínimo de respeito pelo ser humano, que está do outro lado, vai inventando desculpas, vai dizendo que não pode ser, que na política nem tudo o que parece é, que haja um pouco de paciência, que vamos lá ver o que se pode fazer, etc, etc, etc,... E quantas das vezes, a desconsideração, chega ao ponto de nem sequer se disponibilizarem para receber os munícipes, nos gabinetes que o povo, vai sustentando com os seus impostos e taxas. Não venho, aqui e agora, levantar questões, nas quais estiveram envolvidos, a Assembleia e a Junta de Freguesia de Esposende, no mandato anterior. Foram questões que envolveram promessas e compromissos que não foram honrados pela Câmara Municipal. Este mandato ainda agora começa, e não nos faltará, nem coragem nem oportunidade, para as trazer a esta Assembleia. Prometer ao povo e não cumprir, já é mau, mas ao Clero, à Fábrica da Igreja, essa nem ao diabo lembrava. Até a Fábrica da Igreja, acusa a Câmara Municipal de não assumir um compromisso que já tem barbas. Quem não sabe, faça o favor de ler o jornal 'Nascer de Novo', que é propriedade da Fábrica da Igreja de Esposende (publicação nº 266, de 17/02/2002. Então uma promessa de três anos, não é integrada em nenhum Orçamento, nem anterior nem no actual? O que se promete, deve ser cumprido." Segue-se assinatura.

Relativamente à questão do horário, o Presidente da Mesa sugeriu que o assunto seja apreciado pelos elementos que constituem a comissão para a revisão do regimento.

Vítor Faria questionou se é verdade ou não que o posto de atendimento da EDP vai ser encerrado.

O Presidente da Câmara explicou que este assunto está agendado para reunião com elementos daquela entidade.

Manuel Fernando Torres, Presidente da Junta de Freguesia de Belinho, comentou a falta de limpeza das bermas da Estrada Nacional nº 13. Referiu a falta de manutenção dos pontos de iluminação pública.

O Presidente da Câmara informou, relativamente à limpeza das bermas, que foi realizado um acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para a transferência da alçada das estradas nacionais para os municípios e que o mesmo, em sua opinião, não defende convenientemente o interesse das autarquias e é, então, um mau acordo.

Mário Ferreira Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, comentou a existência de comissões nesta Assembleia com representantes dos partidos e que nas mesmas não se

encontram representados os Presidentes de junta de freguesia eleitos como independentes. Questionou qual a situação da Estrada Nacional nº 305, que precisa de manutenção e a quem deve dirigir-se para apresentação de sugestões ou reclamações.

Relativamente ao assunto dos membros eleitos como independentes, o Presidente da Mesa sugeriu que o mesmo seja previsto na proposta de regimento.

António Vendeiro Catarino, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa, informou que assumiu as funções de porta-voz do grupo composto por elementos eleitos pelo Movimento O Partido da Terra (MPT).

Às diversas questões respondeu e comentou o Presidente da Câmara.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara e que foi distribuída a todos os elementos presentes.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Victor Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Antas, comentou que os planos estratégicos para a orla costeira não contemplam as freguesias de Belinho e Antas.

O Presidente da Câmara informou que estas freguesias serão contempladas autonomamente pela Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, que apresentará as respectivas candidaturas.

José Eduardo Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, perguntou o que é que se entende por "fixação da restinga do Cávado" e qual a sua área de intervenção.

O Presidente da Câmara explicou a questão com referência a diversos elementos constantes do plano estratégico.

José Baltazar Matos questionou sobre a situação das sugestões que foram apresentadas para a revisão do Plano Director Municipal (PDM).

O Presidente da Câmara respondeu que foram recolhidas as propostas e sugestões dos municípios e que as mesmas serão apreciadas em sessões de trabalho com a entidade que irá elaborar a proposta de revisão ao PDM.

Álvaro Maio congratulou-se por ter sido abordada a questão de revisão do PDM. Perguntou qual o ponto da situação do Plano de Urbanização da Zona Central de Marinhãs. Relativamente ao plano estratégico, perguntou se é prioritário realizar a expropriação e

demolição das torres de Ofir. Manifestou o seu receio de que as verbas destinadas à concretização do referido plano seja gasto com as expropriações e depois não seja realizada a parte restante do plano.

O Presidente da Câmara respondeu que os planos de urbanização se encontram praticamente concluídos e que em breve serão submetidos à apreciação pública. Sobre o plano estratégico, referiu as diversas intervenções previstas e que a Câmara Municipal estará com muita atenção na sua concretização.

José Eduardo Felgueiras perguntou qual a posição da Câmara Municipal relativamente à intenção de demolição das torres de Ofir.

O Presidente da Câmara respondeu que a Câmara apresentou diversos estudos e projectos para intervenção na orla costeira desde Apúlia à foz do Rio Neiva, em Antas.

Carlos Ferreira comentou o assunto relativo à proposta de demolição das torres de Ofir. Perguntou se a Câmara tem informação sobre este assunto.

Tiago Morais informou que proximamente dará a sua opinião e prestará diversas informações sobre o plano estratégico de requalificação do litoral de Esposende.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos:

Pelo Presidente da Mesa foi solicitada autorização para inclusão na Ordem do Dia, de assunto respeitante a proposta de indicação de Juizes Sociais, tendo o plenário deliberado, por unanimidade dos presentes, autorizado a inclusão do assunto proposto.

03.01 – ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 2002 - APROVAÇÃO:

Foi presente a acta da primeira sessão deste órgão, realizada no passado dia nove de Janeiro e cuja cópia foi remetida a todos os elementos:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA SESSÃO DE NOVE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS.

Ausentou-se da sessão Fernando Pereira Marques.

03.02 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

Foi presente a seguinte proposta do grupo do Partido Social Democrata: "O grupo parlamentar do PSD à Assembleia Municipal de Esposende, conforme ponto 03.02 da Ordem de Trabalhos da convocatória desta Assembleia, propõe para representante das Juntas de Freguesia do município de Esposende na Associação Nacional de Municípios Portugueses o senhor Sílvio de Azevedo Abreu e como substituto, em caso de impedimento o senhor Carlos Alberto Gomes Faria." Seguem-se data e assinaturas:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR E CINCO ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA E DESIGNAR COMO REPRESENTANTE EFECTIVO O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FORJÃES, SÍLVIO DE AZEVEDO ABREU E COMO SUPLENTE CARLOS ALBERTO GOMES DE FARIA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA DE FARO.

Regressou à sessão Fernando Pereira Marques.

03.03 - DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO SITA NO LUGAR DE BARRAL, PALMEIRA DE FARO - RECTIFICAÇÃO DE ÁREA E CONFIGURAÇÃO FÍSICA - PROPOSTA:

De harmonia com deliberação do executivo municipal, tomada em reunião de sete do corrente, foi presente a seguinte proposta: "Em 13 de Setembro do ano passado a Câmara Municipal deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal para proceder à desafecção de uma parcela de terreno sita no Lugar de Barral, na freguesia de Palmeira de Faro, em virtude de já se verificar o seu interesse público. Tendo a Assembleia Municipal, em sua sessão de vinte e cinco do mesmo mês, autorizado tal desafecção, foi publicado o respectivo edital conforme cumpre. Contudo, tendo-se operado no local e à posteriori algumas alterações físicas, bem como interessando implementar no local próximo um processo pedonal entre a E.N. 103-1 e o caminho municipal 1018, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de solicitar à Assembleia Municipal autorização para alterar a área e configuração física da parcela a desafectar ao domínio público conforme planta anexa." Segue-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da presente proposta junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita:

Não se verificou qualquer intervenção:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA E AUTORIZAR A ALTERAÇÃO DA ÁREA E CONFIGURAÇÃO FÍSICA DA PARCELA SITA NO LUGAR DE BARRAL DA FREGUESIA DE PALMEIRA DE FARO, A DESAFECTAR DO DOMÍNIO PÚBLICO EM CAUSA, RECTIFICANDO, ASSIM, A DELIBERAÇÃO TOMADA EM SESSÃO DE VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E UM.

03.04 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2002 - PROPOSTA:

De harmonia com deliberação do executivo municipal, tomada em reunião de dezoito do corrente, foi presente a proposta em epígrafe, cujo teor aqui se dá como transcrita, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

José Maria Losa Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Marinhãs, questionou sobre a situação da empreitada de saneamento básico na freguesia de Marinhãs e apresentou alguns comentários à proposta em apreço. Mais comentou o abastecimento de água ao lugar de Abelheira e solicitou que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados resolvam estas situações que considera graves.

João Maria Nunes da Silva perguntou sobre a intenção de combate à fraude e ao desperdício. Mais questionou sobre diversas rubricas da proposta.

Álvaro Maio perguntou sobre o inventário dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Às diversas questões respondeu o Presidente da Câmara.

José Eduardo Felgueiras perguntou se é verdade que se está a preparar a entrega dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento à empresa Águas do Cávado, AS, atendendo à recente alteração do tarifário, tendo o Presidente da Câmara respondido negativamente.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR, QUATRO VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DE PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O CORRENTE ANO.

JORGE DUARTE DA SILVA MANIFESTOU A INTENÇÃO DE APRESENTAR DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE ESTE ASSUNTO JUNTAMENTE COM A QUE APRESENTARÁ NO ASSUNTO SEGUINTE.

03.05 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2002 - PROPOSTA:

De harmonia com deliberação do executivo municipal, tomada em reunião de dezoito do corrente, foram presentes as propostas em epígrafe, cujo teor aqui se dá como transcrita, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

José Eduardo Felgueiras questionou sobre a proposta de negociação com o Governo para a conclusão das docas de pesca e de recreio e construção da barra do Rio Cávado e se o Presidente da Câmara assume fazer todos os possíveis para a concretização destes projectos.

João Maria Silva apresentou diversos comentários às presentes propostas, nomeadamente sobre a autorização para empréstimos e diversas receitas previstas; programa PITTER; transferência de verba e aval à Esposende 2000 – Empresa Pública Municipal; Resulima; passivo financeiro e capacidade de endividamento da autarquia.

António Catarino questionou sobre a proposta de aquisição de terreno para o Centro de Dia de Fonte Boa.

Losa Esteves perguntou sobre diversos investimentos previstos para Marinhãs, questionou se a obra em curso em Marinhãs se destina à construção de um parque desportivo ou de um campo de futebol; comentou a verba prevista para aquisição dos moinhos de Abelheira, salientando a importância paisagística e turística do local.

Relativamente à questão colocada por José Eduardo Felgueiras, sobre a conclusão das docas de pesca e recreio e a foz do Rio Cávado, o Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal apresentou diversas propostas ao Instituto Portuário do Norte. Mais informou que assume a continuação do seu empenho na concretização das obras referidas.

O Presidente da Câmara, continuando no uso da palavra, apresentou explicações e respondeu às diversas questões colocadas.

Ausentou-se definitivamente da sessão Álvaro Maio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE CINCO VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR AS PROPOSTAS DE PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA RCEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL

PARA O ANO DE DOIS MIL E DOIS, BEM COMO AS AUTORIZAÇÕES ESPECIFICAMENTE SOLICITADAS NA PARTE RESPEITANTE AO FINANCIAMENTO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.

AGOSTINHO NEIVA APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "O grupo parlamentar do PSD votou favoravelmente as grandes opções do Plano e Orçamento para o ano dois mil e dois da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados. Tal actividade cem reflectir a dinâmica que os serviços têm imprimido no desenvolvimento do bem estar das populações e dá corpo, em cada momento, a uma cada vez mais palpável fruição dos benefícios que lhes vão sendo postos à disposição. Certos de que com esta manifestação damos voz às populações, incentivamos os nossos gestores autárquicos a seguir o rumo já por quatro vezes referendado e confirmado de uma forma clarividente em sucessivos actos eleitorais. O grupo parlamentar do PSD."

JORGE DUARTE DA SILVA APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "03.04 – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2002 – O Plano de Investimento é praticamente nulo, tendo apenas verbas residuais para investimento, sendo o grosso das verbas previstas para investimento, destinadas ao pagamento de obras já feitas. Não deixa de ser interessante de constatar, que uma das Grandes Opções do Plano da maioria do PSD, seja o combate à fraude e ao desperdício, quando está há doze anos no poder. Ao reconhecer que este problema é tão grande que merece a dignidade de aparecer como 'uma grande Opção do Plano', importa perguntar que gestão desenvolveram até agora. Quanto ao Orçamento, os indicadores fornecem a ideia de uma situação financeira, aparentemente boa. No entanto, há dúvidas quanto a alguns procedimentos: Receitas Correntes – para um total de Receitas Correntes na ordem de três milhões duzentos e oitenta e sete mil e novecentos euros, entenderam privilegiar a rubrica OUTROS com um total de um milhão quinhentos e sessenta e três mil e oitocentos euros. Isto é, 47,5 % desta rubrica não é explicada, não é transparente. Receitas de Capital – O SMAS, regista que irá receber da Administração Autárquica, portanto da Câmara Municipal, a verba de dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil e quinhentos euros. No orçamento da Câmara Municipal, a única verba que explicitamente está mencionada como Transferência de Capital para os Serviços Municipalizados é do valor de dois milhões duzentos e quarenta e sete mil e quarenta e quatro euros. Esta verba está inserida na 'Divisão de Obras Municipais'. Constata-se desta forma, que há uma diferença entre quem diz o que transfere e quem diz o que vai receber. Diferença na ordem dos duzentos e quarenta e nove mil quatrocentos e dezasseis euros (cinquenta mil contos). Nos Documentos Previsionais para dois mil e dois, alertamos para as páginas nove e dez onde, a Câmara Municipal, pretende transformar dois adiantamentos feitos durante o ano de dois mil e um, aos SMAS, em verbas de subsídio. Assim, no Saneamento e Salubridade a verba em causa é da ordem dos cento e quarenta e quatro mil cento e setenta e dois euros e no Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, a verba ronda os noventa e nove mil setecentos e sessenta euros. Esta é uma

solicitação imoral, já que a situação financeira dos SMAS ao contrário da da Câmara Municipal, aparenta ser boa. Nas Receitas Correntes está orçamentado em Juros de Depósito a verba de trinta mil euros. Que tipo de depósitos serão estes?. Pelo exposto, votamos contra." Seguem-se assinaturas.

Ausentaram-se da sessão Agostinho Neiva, António Maranhão Peixoto, Vítor Faria, Fernando Marques, Manuel Lima de Almeida, Carlos Faria, António Carlos, João Maria Silva, Manuel Fernando Arezes, António Rossas Pereira, e Mário Ferreira Fernandes.

03.06 - JUIZES SOCIAIS - PROPOSTA DE LISTAGEM DE CIDADÃOS PARA NOMEAÇÃO:

De harmonia com deliberação do executivo municipal, tomada em reunião de dezoito do corrente, foi presente a seguinte proposta: "Por forma a dar cumprimento ao disposto nos artºs 33º 3 34º do DL nº 156/78, de 30 de Junho, tenho a honra de remeter à digníssima Câmara, listagem de cidadãos que se pretende propor para nomeação como juizes sociais, os quais hão-de intervir nas causas de competência dos tribunais de menores na área do município de Esposende. Assim, proponho a aprovação da mesma lista e o seu envio à Assembleia Municipal para votação e remessa do Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça." Segue-se data e assinatura. A listagem referida é do seguinte teor: Clarinda Cruz, Jonas Vilar, Maria Dulce Silva Fernandes, António Casado Neiva, Sara Gabriela Nunes, José Alves Castro, Maria Júlia Costa Cruz Dias Abreu, Salvador do Casal Almeida, José Salvador Pereira Torres Ribeiro, António Luis Costa Ribeiro, Lúcia Fonseca Torres, José Henrique Laranjeira de Brito, Manuel Lima de Almeida, José Costa Amorim, Isabel Maria Gomes Lopes Costa, João Filipe Alves e Sá, Juvenal Miguel Costa Amorim, Maria Alexandrina Faria Merrelho, Fernando Lima Dias, Maria Manuela Martins Viana, Mário Ferreira Fernandes, Elsa Maria Martins Gonçalves Fernandes, Maria Manuela Barroso Martins, Filipe da Lomba Martins, Fernando Pereira Marques, Maria Hermínia dos Santos Ferreira Martins, António Martins Neves, Virgínia Manuela Lopes Gomes da Cruz Ferreira, Paulo Fernando Alves Marques, Raul Alves Matos Ferreira, Manuel António Sampaio Azevedo, António Maranhão Peixoto, Paula Cristina Fonseca de Abreu Cepa, Manuel Lima Saleiro de Abreu, Lúcia Calheiros Peixoto Faria, António Fernando de Abreu Cepa, Carlos Boaventura da Silva, Manuel dos Santos Boaventura, António Carlos Vieira da Silva, Ramiro Neiva de Lemos, Ramiro Pires, Nuno Miguel Boaventura da Silva, José Eirado Azevedo, José Augusto Azevedo Sousa, Victor Juvenal Lopes Martins, Manuel dos Santos Silva, Maria Fernanda Sousa dos Santos, Maria de Lurdes dos Santos Carvalho, Rita Maria Lomba Araújo, Paula Margarida Ruivo Rodrigues, Carlos Alberto Gomes Faria, Isabel Maria Alves Vieira Casanova, Maria da Graça Couto Cepa Filipe, António Manuel Rossas Pereira, Norberto Manuel Pereira da Silva Mota, Carlos Manuel Cardoso da Silva Arantes, Emídio Real de Moraes, Odete Andrade Garcês, Maria Angelina Pereira da Silva Mota, Maria Augusta Teixeira de Araújo Costa, Maria Alice Baptista de Sousa, Celina Maria Areias Miranda Vasconcelos, Manuel Alves Regado, Maria Gorete Capitão Coutinho Barros, Maria de Lurdes Alves Cardoso Moreira, Maria Ermelinda Areia Silva Couto, António Jorge Sá Torres,

Basílio Torres Lima da Silva, Fernando Gil Marques Pinheiro, Manuel António Lima Torres Ribeiro, Marcelo Augusto Queiroz Ribeiro da Cruz, Maria do Céu Quintão Pinheiro Carvalho, Victor Manuel da Silva Faria, Fernando Torres dos Santos, Baltazar Almeida Costa, Maria Fernanda Neiva Cruz Arezes, Anselmo da Costa Cunha, Jorge Miguel Neiva de Sá, Manuel Mariz Neiva, José Faria Rosas, António Jesus Martins, Maria de Fátima Pires Clemente, Maria Helena Neiva Meira da Cruz, Margarida Maria Torre da Silva, António Sá Ribeiro, José Maria Vieitas Amorim, Joaquim Miranda Filipe, Maria Saúde Couto Gonçalves Maranhão, Maria Amélia Laranjeira, Manuel Jorge Carqueijó Lima, Maria Alice Maltês Ribeiro, Maria do Sameiro Amorim, Luis Filipe Lemos Patrão, Mário Silva Lemos, Agostinho Pinto Teixeira, Maria Amélia Jorge Penteado Neiva, Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues Zão, Rafael Calheiros Maranhão, António da Silva Garrido, Rui Manuel Cavalheiro da Cunha.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

António Catarino, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa, apresentou os eu lamento por não constar nenhuma indicação da freguesia de Fonte Boa.

O Presidente da Câmara explicou que os nomes foram indicados pelas associações particulares.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM DEZOITO VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES, CONCORDAR COM A LISTAGEM APRESENTADA E PROCEDER AO SEU ENVIO AO CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA E AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PARA OS DEVIDOS E LEGAIS EFEITOS.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o cidadão Vasco Gaifém, residente na vila de Fão, deste município, que colocou diversas questões relacionadas com o litoral de Esposende, zona da Capela da Senhora da Bonança, variante de Fão e ponte de Fão.

Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

Sendo treze horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.